

## **PENIDO, ANTÔNIO MÁXIMO NOGUEIRA**

\*dep. fed. DF 1921-1930; const. 1934; dep. fed. prof. 1935-1937.

*Antônio Máximo Nogueira Penido* nasceu em Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, no dia 30 de junho de 1885, filho de Jerônimo Máximo Nogueira Penido e de Julinda Augusta da Câmara Penido.

Fez seus primeiros estudos sob a direção das educadoras Ana Dias Vieira e Maria Matos, ingressando depois no Colégio Diocesano São José no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. cursou o primeiro e o segundo ano do externato do Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, e frequentou aulas especiais no Mosteiro de São Bento. Matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e durante o primeiro ano do curso passou a trabalhar à noite como revisor de provas no *Jornal do Comércio*, e de dia como auxiliar do recenseamento de 1900, na Diretoria Geral de Estatística. Em fevereiro de 1901, mediante concurso, foi nomeado quarto escrivão do Tribunal de Contas. Classificado em primeiro lugar no concurso de segunda instância, foi promovido em 1904 a terceiro escrivão. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em dezembro de 1905.

Com seu nome incluído na chapa do Círculo Católico e do Partido Autonomista, durante a reforma eleitoral promovida no governo de Venceslau Brás (1914-1918), foi eleito em junho de 1917 vereador no Distrito Federal por uma vantagem de dois votos sobre Lindolfo Collor. Assumindo sua cadeira ainda no mesmo ano, durante a legislatura foi autor do projeto que visava suprimir o imposto sobre os vencimentos dos funcionários municipais; de outro que pretendia organizar um quadro efetivo para os operários com mais de dez anos de serviço, tornando-lhes extensivos os direitos, vantagens e regalias dos funcionários; do projeto que concedia isenção de impostos e outros favores às cooperativas de consumo e de crédito constituídas por funcionários públicos e operários, e do projeto que instituía o ensino religioso facultativo nas escolas primárias e nos institutos profissionais mantidos pela prefeitura. Foi ainda segundo-secretário e, depois, líder da maioria na Câmara Municipal, na gestão do prefeito Paulo de Frontin (1919). Em 1918 foi promovido a primeiro escrivão do Tribunal de Contas, e no final de 1919 deixou a Câmara Municipal. Em março de 1921 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, obtendo a maioria de votos entre os chefes políticos que acompanhavam a Reação Republicana, movimento que

defendia a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Reeleito em 1924, 1927 e 1930, destacou-se como defensor dos interesses dos servidores públicos e integrou as comissões de Reformas Tributárias, de Legislação Social e de Agricultura e Comércio. Deixou a Câmara em junho de 1930, pouco antes da revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Em julho de 1933, foi escolhido representante dos funcionários públicos na Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em novembro, fez parte da Comissão Constitucional, conhecida como Comissão dos 26, encarregada de elaborar o texto constitucional, e aí trabalhou no capítulo referente ao funcionalismo público, defendendo interesses da categoria. Encerrados os trabalhos da Comissão dos 26, assinou o substitutivo constitucional com restrições, apresentando voto em separado. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato estendido até maio de 1935. Em 1934 elegeu-se novamente deputado federal classista, permanecendo na Câmara na legislatura ordinária iniciada em 1935. Em maio de 1937 foi delegado do Partido Autonomista do Distrito Federal à convenção para lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à sucessão do presidente Getúlio Vargas nas eleições previstas para 1938, que acabariam não se realizando em virtude do advento do Estado Novo, em novembro de 1937. Pouco antes disso, em julho de 1937, deixou a Câmara dos Deputados.

Foi membro do conselho deliberativo da Associação dos Funcionários Públicos Civis, além de consultor jurídico do Clube dos Funcionários Públicos e de outras associações.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CABRAL, C. *Tempos*; CÂM. DEP. *Deputados; Cronologia da Assembléia; Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes; Ilustração brasileira*; PEIXOTO, A. *Getúlio*.